

# DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 09/12/2024 | Edição: 236 | Seção: 1 | Página: 71

Órgão: Ministério da Defesa/Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas/Chefia de Educação e Cultura

## PORTARIA AED/VCHEC/CHEC-MD Nº 5.446, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2024

Aprova a Diretriz para o Planejamento e a Execução das Atividades de Estudo, Pesquisa, Ensino, Pós-Graduação, Extensão e Processo Seletivo dos Cursos da Escola Superior de Guerra - ESG, referente ao ano de 2025.

O CHEFE DE EDUCAÇÃO E CULTURA DO ESTADO-MAIOR CONJUNTO DAS FORÇAS ARMADAS, no uso das atribuições que lhe confere o art. 31, inciso VII, do Anexo I do Decreto nº 11.337, de 1º de janeiro de 2023, e o art. 1º, inciso II, da Portaria GM-MD nº 888, de 21 de fevereiro de 2024, tendo em vista o disposto no Decreto nº 5.874, de 15 de agosto de 2006, e de acordo com o que consta do Processo Administrativo nº 60631.001621/2024-91, resolve:

### CAPÍTULO I

#### OBJETIVO E ÂMBITO DE APLICAÇÃO

Art. 1º Esta Portaria aprova a Diretriz para o Planejamento e a Execução das Atividades de Estudo, Pesquisa, Ensino, Pós-Graduação, Extensão e Processo Seletivo dos Cursos da Escola Superior de Guerra - ESG para o ano de 2025.

### CAPÍTULO II

#### FINALIDADE

Art. 2º A Diretriz de que trata esta Portaria tem por finalidade estabelecer os elementos básicos e necessários para o planejamento e a execução das atividades de estudo, pesquisa e ensino, além de orientar e divulgar os processos de indicação, inscrição, seleção e matrícula dos candidatos aos cursos da ESG no ano letivo de 2025.

### CAPÍTULO III

#### ATIVIDADES DE ESTUDO E DE PESQUISA - PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO

Art. 3º Os estudos e pesquisas desenvolvidos na ESG são voltados para assuntos de interesse do Ministério da Defesa, sob a orientação da Chefia de Educação e Cultura - CHEC do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas - EMCFA.

Art. 4º As atividades de estudos e pesquisas realizadas devem contribuir para a:

- I - capacitação de recursos humanos no campo da Defesa Nacional, mediante abordagem das temáticas de Segurança e Desenvolvimento;
- II - produção de conhecimento científico;
- III - promoção da integração com os meios acadêmicos nacional e internacional;
- IV - elaboração de cenários prospectivos;
- V - divulgação do tema Defesa junto à sociedade brasileira, contribuindo, inclusive, para organizar o debate permanente entre as lideranças civis e militares, a respeito dos problemas da defesa, observado o disposto na Estratégia Nacional de Defesa - END;
- VI - elaboração de estudos e projetos para setores do Ministério da Defesa em suas áreas de atuação;
- VII - formação de rede de informação e análise no campo da Defesa e suas interfaces com as áreas de Segurança e Desenvolvimento nacionais;



VIII - proposição, avaliação e sugestões de aperfeiçoamento das políticas públicas do setor de Defesa;

IX - produção da análise Política e Estratégia da Defesa Nacional, considerando os aspectos da Segurança e do Desenvolvimento;

X - consolidação do Instituto de Doutrina de Operações Conjuntas - IDOC como padronizador do ensino da doutrina e incentivador da pesquisa sobre operações conjuntas no âmbito do Ministério da Defesa;

XI - evolução da doutrina de operações conjuntas; e

XII - análise e produção do conhecimento na dimensão do espaço cibernético, nos níveis político e estratégico.

Art. 5º Para a realização das atividades de que trata o art. 4º, a ESG contará com:

I - pesquisadores civis e militares de seu Corpo Permanente;

II - pesquisadores associados;

III - estagiários dos cursos e alunos do Programa de Pós-Graduação em Segurança Internacional e Defesa - PGSID; e

IV - professores do magistério superior da ESG.

Art. 6º A ESG proporá à CHEC-EMCFA a normatização para a estruturação das atividades de estudos e pesquisa, de acordo com o preconizado nesta Portaria.

Art. 7º A produção de conhecimento na ESG deverá ser pautada pelas seguintes finalidades e princípios:

I - elaboração de estudos de interesse específico do Ministério da Defesa, por iniciativa própria ou por demanda do Ministério;

II - edição de revista científica na área de Defesa;

III - publicação de artigos em revistas científicas da área de Defesa pelos integrantes do Corpo Permanente da ESG;

IV - produção de livros, periódicos, artigos de opinião, análises de conjuntura e reflexões sobre temas de interesse da Segurança Internacional, Defesa Nacional e Desenvolvimento Nacional, em proveito próprio ou de outras instituições;

V - disponibilização do conhecimento obtido nos eventos organizados com pesquisadores nacionais e internacionais sobre temas de interesse da Segurança Internacional, da Defesa Nacional e do Desenvolvimento Nacional;

VI - incentivo ao Corpo Discente da ESG, estagiários e alunos dos cursos de pós-graduação stricto sensu para a produção de conhecimento em temas de interesse da Segurança Internacional, Defesa Nacional e Desenvolvimento Nacional;

VII - levantamento de subsídios com vistas a revisar e a discutir aspectos doutrinários referentes à Doutrina de Operações Conjuntas, por meio de seminários e de notas de convenção didáticas e doutrinárias;

VIII - coordenação das atividades da Comissão Interescolar de Doutrina de Operações Conjuntas - CIDOC, com o objetivo de uniformizar o ensino da doutrina de operações conjuntas, conforme Portaria GM-MD nº 3.779, de 8 de julho de 2022, e da Ação Estratégica de Defesa - AED-33 da Estratégia Nacional de Defesa - END 2020;

IX - estímulo ao debate do tema Defesa na sociedade; e

X - articulação com outras estruturas, do Ministério da Defesa ou da academia em geral para a produção conjunta de conhecimento e o seu compartilhamento.

Parágrafo único. A divulgação do conhecimento produzido pelos integrantes de que trata o art. 5º, bem como sua extensão, deverão estar em conformidade com as normas vigentes e sujeitas à aprovação do Comandante da ESG.



## CAPÍTULO IV

### ATIVIDADES DE ENSINO

Art. 8º O conteúdo programático dos cursos da ESG observará critérios de transversalidade com as diversas áreas do conhecimento, com vistas a estabelecer abordagem construtiva e integradora dos temas Segurança, Desenvolvimento e Defesa, em especial quanto aos aspectos relacionados à Política, à Economia, à Ciência, Tecnologia e Inovação.

Parágrafo único. Os trabalhos desenvolvidos pelos estagiários nas disciplinas dos cursos versarão sobre os seguintes temas, dentre outros julgados de interesse do Ministério da Defesa:

- I - Estudos em Defesa Nacional;
- II - Poder Nacional;
- III - Geopolítica e Defesa;
- IV - Infraestrutura Nacional como fator de Desenvolvimento e Defesa;
- V - Operações Conjuntas;
- VI - Segurança e Defesa Cibernética;
- VII - Indústria de Defesa;
- VIII - Planejamento Estratégico;
- IX - Gestão de Recursos de Defesa;
- X - Governança em Defesa; e
- XI - Novas Tecnologias de interesse da Defesa.

#### Seção I

##### Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu

Art. 9º O Programa de Pós-Graduação - PPGSID, criado em 2018, consistirá no Curso de Mestrado Acadêmico em Segurança Internacional e Defesa, observadas as regras dos órgãos e instituições competentes do Ministério da Educação.



§ 1º O PPGSID destina-se a preparar recursos humanos, civis e militares, no campo dos Estudos de Segurança Internacional e Defesa, capacitando-os tanto para produzir conhecimentos e pesquisas na área, quanto para atuar no campo da Defesa.

§ 2º O curso terá duração prevista de dois anos letivos, com efetivo planejado de quinze alunos.

§ 3º A carga horária, a equivalência de créditos, bem como o início e término do curso serão estabelecidos por meio do respectivo edital.

Art. 10. São metas do programa de Pós-Graduação de que trata o art 9º:

- I - capacitar recursos humanos para atuar no campo da Defesa;
- II - ampliar a produção científica no campo da Defesa;
- III - capacitar o docente e o discente a produzir novos conhecimentos a partir de atividade de pesquisa científica;
- IV - promover a disseminação dos assuntos de Defesa junto à sociedade brasileira;
- V - favorecer o intercâmbio com outras Instituições de Ensino Superior - IES, civis e militares, nacionais e internacionais;
- VI - produzir trabalhos científicos que atendam às áreas de interesse do Ministério da Defesa; e
- VII - formar pesquisadores e docentes para o ensino superior, para o exercício das atividades de ensino, pesquisa e extensão, na área da Defesa, bem como de outras atividades profissionais, observando os aspectos éticos inerentes a essas atividades.

#### Seção II

##### Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu (nível especialização)

Art. 11. Os seguintes cursos de especialização serão ofertados pela ESG no ano letivo de 2025:

- I - Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia - CAEPE;
- II - Curso de Estado-Maior Conjunto - CEMC;
- III - Curso Superior de Segurança e Defesa Cibernética - CSSDC; e
- IV - Curso de Gestão, Logística e Apoio à Decisão - CGLAD.

Art. 12. Os objetivos e as condições de execução dos cursos de especialização de que trata o art. 11, em conformidade com os respectivos projetos pedagógicos são os seguintes:

I - Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia - CAEPE:

a) o objetivo do CAEPE é preparar civis da Administração Pública, nos níveis federal, estadual e municipal, militares das Forças Armadas, dos Estados e do Distrito Federal, além de representantes de nações amigas, bem como civis da iniciativa privada, para o exercício de funções de direção e assessoramento de alto nível, em especial nas áreas afetas à Segurança Nacional; e

b) o Curso terá a duração de quarenta e duas semanas, com efetivo planejado de noventa e nove estagiários, sendo até nove de nações amigas.

II - Curso de Estado-Maior Conjunto - CEMC:

a) o objetivo do CEMC é preparar militares das Forças Armadas e de nações amigas para o exercício de funções nos Estados-Maiores Conjuntos e para o desempenho de atividades que envolvam o planejamento, nos níveis político e estratégico, e o emprego estratégico-operacional de forças militares em operações conjuntas ou executadas sob orientação e supervisão do Ministério da Defesa, bem como capacitá-los às atividades de instrutoria; e

b) o Curso terá a duração de quinze semanas e será desenvolvido na modalidade de ensino híbrida, sendo que a fase à distância terá duração de três semanas e a fase presencial terá duração de doze semanas, com o efetivo planejado de 25 estagiários, sendo até cinco de nações amigas;

III - Curso Superior de Segurança e Defesa Cibernética - CSSDC:

a) o objetivo do CSSDC é habilitar civis e militares das Forças Armadas, dos Estados, do Distrito Federal e de nações amigas para exercerem funções de direção e assessoramento, em atividades na dimensão do espaço cibernético, nos níveis político e estratégico; e

b) o Curso terá a duração de quatorze semanas e será desenvolvido na modalidade de ensino híbrido, sendo que a fase a distância terá duração de quatro semanas e a fase presencial terá duração de dez, com efetivo planejado de quarenta estagiários, sendo até quatro de nações amigas;

IV - Curso de Gestão, Logística e Apoio à Decisão - CGLAD:

a) o objetivo do CGLAD é capacitar Oficiais-Alunos do Curso de Aperfeiçoamento Avançado do Corpo de Fuzileiros Navais - CApACFN em sistemas de gestão e apoio à decisão; e

b) o Curso terá a duração de quatrocentos e quarenta horas, divididas em três módulos de três semanas de ensino presencial na ESG, com efetivo planejado de até vinte militares.

Párrafo único. Em observância ao disposto na Portaria Interministerial MD/MEC nº 3.867, de 14 de julho de 2022, os cursos de especialização da ESG são equivalentes aos cursos de pós-graduação lato sensu, definidos na Resolução CNE/CES nº 1, de 6 de abril de 2018, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação -CNE/CES, alterada pela Resolução CNE/CES nº 4, de 11 de dezembro de 2018, e pela Resolução nº 4/CNE/CES, de 16 de julho de 2021.

## CAPÍTULO V

### ATIVIDADES DE EXTENSÃO

Art. 13. As atividades de extensão da ESG visam propiciar a interação da Escola com a sociedade, a partir de seus recursos humanos e instalações, desenvolvendo programas, projetos, cursos e eventos acadêmicos, em articulação com as dimensões do ensino e da pesquisa, e ancoradas em processos pedagógicos interdisciplinares e culturais, a fim de contribuir com o desenvolvimento nacional e a difusão da mentalidade de Defesa, podendo ser realizadas em parceria com outras instituições de ensino superior.





## Seção I

### Cursos e programas de extensão

Art. 14. Os seguintes cursos e programas de extensão serão ofertados pela ESG no ano letivo de 2025:

I - Curso Superior de Defesa - CSD;

II - Curso Especial de Preparação para Oficiais-Generais - CEPOG;

III - Curso de Gestão de Recursos de Defesa - CGERD-RJ, a ser realizado no Rio de Janeiro-RJ;

IV - Curso de Gestão de Recursos de Defesa - CGERD-SP, a ser realizado em São Paulo-SP;

V - Curso de Governança em Defesa - CGED;

VI - Curso de Políticas e Estratégias frente às Ameaças Complexas - CPEAC;

VII - Curso Avançado de Defesa para a Comunidade de Países de Língua Portuguesa - CAD-CPLP;

VIII - Programa de Extensão em Segurança Internacional e Defesa - PESID;

IX - Programa de Gestão de Recursos de Defesa - PGERD; e

X - Programa de Extensão Cultural da Escola Superior de Guerra - PECESG.

Parágrafo único. Poderão ser realizados outros cursos de extensão por iniciativa da CHEC-EMCFA ou por proposta do Comandante da ESG, conforme Instrução Normativa AED/VCHEC/CHEC-MD nº 1, de 8 de maio de 2024.

Art. 15. Os objetivos e as condições de execução dos cursos e programas de extensão de que trata o art. 14, em conformidade com os respectivos Projetos Pedagógicos, são os seguintes:

I- Curso Superior de Defesa - CSD:

a) o objetivo do CSD é promover a interação entre os integrantes dos Cursos de Altos Estudos realizados pelas Forças Armadas e do CAEPE/ESG, além de fortalecer o pensamento crítico em temas relevantes e portadores de futuro relacionados à Defesa nos cenários nacional e internacional, racionalizando meios e contribuindo para a consolidação da mentalidade de Defesa; e

b) o Curso será desenvolvido em sete semanas, distribuídas ao longo do ano, com efetivo previsto de duzentos participantes, e será desenvolvido concomitantemente com os Cursos de Política e Estratégia - CAEPE (Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia), CPEM (Curso de Política e Estratégia Marítimas), CPEAEx (Curso de Política, Estratégia e Alta Administração do Exército) e CPEA (Curso de Política e Estratégia Aeroespaciais), abrangendo assuntos comuns, inseridos nas áreas do conhecimento de Política, Defesa, Geoestratégia e Planejamento de Força;

II - Curso Especial de Preparação para Oficiais-Generais - CEPOG:

a) o objetivo do CEPOG é proporcionar, prioritariamente, aos oficiais-gerais das Forças Armadas do primeiro posto, os conhecimentos atualizados em assuntos das políticas e estratégias associadas à Defesa Nacional, de cenários relevantes e de planejamentos de defesa, sob a perspectiva do Ministério da Defesa, contribuindo com o princípio da interoperabilidade entre as Forças, bem como de fatos portadores de futuro para o Brasil nos contextos nacional e internacional; e

b) o Curso terá a duração de uma semana, com três edições ao ano, nos meses de março, julho e novembro, sendo desenvolvido na modalidade de ensino presencial e com efetivo condicionado ao número de Oficiais Superiores das três Forças propostos para a promoção ao Generalato, nos meses respectivos ao de sua execução;

III - Curso de Gestão de Recursos de Defesa - CGERD-RJ:

a) o objetivo do CGERD é proporcionar conhecimento a civis e militares das Forças Armadas, dos Estados e do Distrito Federal sobre conceitos de Defesa Nacional e os processos de gestão de recursos de defesa no âmbito das administrações pública e privada; e



b) o Curso terá a duração de sete semanas, sendo realizado no Rio de Janeiro, e será desenvolvido, preferencialmente, na modalidade de ensino híbrida, sendo que a fase a distância terá duração de duas semanas e a fase presencial terá duração de cinco semanas, com efetivo planejado de trinta e cinco estagiários;

#### IV - Curso de Gestão de Recursos de Defesa - CGERD-SP:

a) o objetivo do CGERD é proporcionar conhecimento a civis e militares das Forças Armadas, dos Estados e do Distrito Federal sobre conceitos de Defesa Nacional e os processos de gestão de recursos de defesa no âmbito das administrações pública e privada; e

b) o Curso terá a duração de oito semanas, sendo realizado em São Paulo, e será desenvolvido, preferencialmente, na modalidade presencial, com efetivo planejado de trinta e cinco estagiários;

#### V - Curso de Governança em Defesa - CGED:

a) o objetivo do CGED é estimular os estagiários a fazerem reflexões críticas sobre uma das áreas mais significativas para a Defesa Nacional, a área de Governança, que engloba desafios complexos oriundos de demandas que surgem do mundo mais interconectado, das novas dimensões dos conflitos e, em especial, da sociedade;

b) o Curso terá a duração de duas semanas e será desenvolvido na modalidade de ensino híbrido, sendo que a fase a distância terá a duração de uma semana e a fase presencial, também, de uma semana, com efetivo planejado de cinquenta estagiários; e

c) o curso é uma parceria da ESG com o Centro de Estudos Hemisféricos de Defesa William J. Perry - WJPC, no contexto do "Programa de Cooperação Acadêmica" conduzido pelas duas Instituições;

#### VI - Curso de Políticas e Estratégias frente às Ameaças Complexas - CPEAC:

a) o objetivo do CPEAC é estimular os estagiários a fazerem reflexões críticas e explorar metodologias de elaboração de políticas e estratégias, diante de ameaças complexas ao estado moderno;

b) o Curso terá a duração de duas semanas e será desenvolvido na modalidade de ensino híbrido, sendo que a fase a distância terá a duração de uma semana com efetivo planejado de oitenta estagiários, enquanto a fase presencial será realizada em duas edições:

1. a primeira semana será ministrada em Português, com efetivo planejado de cinquenta estagiários; e

2. a segunda semana será ministrada em Espanhol, com efetivo planejado de trinta estagiários; e

c) o curso é uma parceria da Escola Superior de Guerra - ESG com o Centro de Estudos Hemisféricos de Defesa William J. Perry - WJPC, no contexto do "Programa de Cooperação Acadêmica" conduzido pelas duas instituições;

#### VII - Curso Avançado de Defesa para a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - CAD-CPLP:

a) o objetivo do CAD-CPLP é proporcionar, prioritariamente, aos militares e civis que atuam na área de Defesa das nações da Comunidade de Países de Língua Portuguesa - CPLP, os conhecimentos que possibilitem o desenvolvimento de um pensamento comum de Defesa, com base na cooperação entre essas nações; e

b) o Curso terá a duração de quatro semanas e será desenvolvido na modalidade de ensino a distância, com efetivo planejado de três vagas para cada integrante da CPLP;

#### VIII - Programa de Extensão em Segurança Internacional e Defesa - PESID:

a) o objetivo do PESID é oferecer aos candidatos graduados ou alunos de graduação de qualquer área do conhecimento uma introdução à temática em segurança internacional e defesa, mediante o debate de temas relacionados às linhas de pesquisa do curso de mestrado acadêmico da Escola, buscando, ainda, proporcionar a interação da comunidade acadêmica com a ESG; e

b) o Programa terá até dez atividades de caráter informativo, acadêmico e cultural sendo desenvolvido na modalidade presencial, com efetivo planejado de quarenta estagiários;



## IX - Programa de Gestão de Recursos de Defesa - PGERD:

a) o objetivo do PGERD é proporcionar conhecimento a civis e militares das Forças Armadas, dos Estados e do Distrito Federal sobre conceitos de Defesa Nacional e os processos de gestão de recursos de defesa nos âmbitos das administrações pública e privada; e

b) a atividade terá a duração definida em função da modalidade de ensino acordada entre os participantes (Curso, Seminário, Simpósio, Estágio ou Palestras), sendo desenvolvido no formato híbrido, com efetivo flexível, de acordo com o interesse e a capacidade dos meios existentes no local de execução;

## X - Programa de Extensão Cultural da Escola Superior de Guerra - PECESG:

a) o objetivo do PECESG é proporcionar a interação entre a ESG e a comunidade, mediante o debate de temas sobre Defesa desenvolvidos no âmbito da Escola, sendo um programa de caráter flexível, integrado por palestras, conferências, painéis e atividades de caráter cultural, social e informativo, atendendo ao interesse da ESG e de outras instituições, associações e organizações a ela relacionadas; e

b) o Programa terá até treze atividades, sendo desenvolvido, preferencialmente, na modalidade presencial com efetivo planejado de duzentos e setenta estagiários, podendo ser acompanhado na modalidade Ensino a Distância - EAD.

## Seção II

Ciclo Anual de Palestras - CAP, Ciclo Anual de Seminários - CAS e Programa de Seminários Online

Art. 16. O CAP e o CAS são atividades de extensão que têm o objetivo de disseminar conhecimento para públicos interessados no trinômio Segurança, Desenvolvimento e Defesa, por meio da análise e do debate de temas atuais, visando à construção de uma mentalidade de Defesa junto à sociedade.

Art. 17. O CAP contemplará grandes temas que afetam o Estado Brasileiro e o CAS terá um caráter acadêmico, privilegiando temas atuais de interesse da sociedade, no campo da Defesa, e o livre debate de ideias.

Art. 18. O Programa de Seminários, na modalidade online, será desenvolvido no âmbito da Associação de Colégios de Defesa Ibero-Americanos - ACDIA, do Colégio Interamericano de Defesa - CID e de outras instituições de ensino nacionais e internacionais voltadas para a temática da Segurança e Defesa, com os seguintes propósitos:

I - contribuir para a formação de civis e militares nacionais e estrangeiros no âmbito das questões relacionadas à Segurança e Defesa;

II - estimular e preparar futuros pesquisadores e especialistas para assuntos ligados à Segurança e Defesa, com o propósito de contribuir para o fortalecimento de uma "mentalidade de Defesa" na sociedade nacional;

III - aperfeiçoar os processos de difusão de conhecimento e de experiências nacionais e internacionais adquiridas no âmbito das pesquisas desenvolvidas sobre a temática da Segurança e Defesa;

IV - consolidar relações institucionais no seio das instituições acadêmicas nacionais e internacionais dedicadas às pesquisas afetas à Segurança e Defesa; e

V - reforçar as relações de amizade entre nações amigas e contribuir para um ambiente de paz e segurança da comunidade internacional.

## CAPÍTULO VI

### VIAGENS E VISITAS DE ESTUDO

#### Seção I

#### Viagens de estudo

Art. 19. Serão planejadas viagens a regiões do território nacional e estrangeiro, com duração de até duas semanas, para os diferentes cursos, conforme descrito a seguir:

I - CAEPE: três viagens de estudo, sendo duas em território nacional e uma em território estrangeiro;



- II - CEMC: uma viagem de estudo, em território nacional;
- III - CSSDC: uma viagem de estudo em território nacional;
- IV - CSD: uma viagem de estudo em território nacional;
- V - CGERD - RJ: uma viagem de estudo em território nacional;
- VI - CGERD - SP: duas viagens de estudo em território nacional; e
- VII - PPGSID: uma viagem de estudo em território nacional (acompanhando o CAEPE).

Seção II

Visitas de estudo

Art. 20. Serão planejadas visitas de estudo a órgãos de interesse, vinculados aos objetivos dos cursos.

CAPÍTULO VII

PROCESSO SELETIVO

Seção I

Critérios para a indicação e inscrição de candidatos

Art. 21. O Ministério da Defesa, as Forças Armadas e as nações amigas convidadas indicarão militares e civis para participação nos cursos da ESG.

Art 22. O processo de indicação dos candidatos civis e militares Estaduais e do Distrito Federal aos cursos da ESG iniciar-se-á com proposta à CHEC-EMCFA de órgãos e instituições públicas e privadas a serem convidadas a indicarem representantes para os cursos do ano seguinte.

Art. 23. Aprovada a relação dos órgãos e instituições a serem convidados, a Escola expedirá os respectivos convites.

Parágrafo único. A CHEC-EMCFA elencará instituições de primeiro escalão dos três poderes, de interesse do Ministério da Defesa, para os quais poderá emitir ofícios-convite referendando os convites previamente encaminhados pela ESG.



Art. 24. Os candidatos civis indicados aos Cursos de Pós-Graduação lato sensu da ESG devem ser pessoas reconhecidas por suas instituições como de notável competência, com atuação relevante nos diversos segmentos da sociedade brasileira e serão inscritos no processo seletivo se satisfizerem, preliminarmente, às seguintes condições:

I - ter vida pregressa ilibada, assegurada por meio de declaração do órgão indicante, como parte do parecer da instituição a respeito do candidato, na qual manifeste o seu desconhecimento sobre qualquer processo de natureza criminal alusivo ao candidato, ratificada por meio de declaração do próprio no seu formulário de inscrição;

- II - ter ensino superior completo;
- III - ter experiência profissional de nível superior;
- IV - ter sido indicado por instituição convidada;
- V - estar em atividade ou vinculado à instituição responsável pela indicação; e
- VI - estar em exercício de cargo de nível superior.

Art. 25. A inscrição de civis e de militares estaduais e do Distrito Federal no processo seletivo dos cursos de Pós-Graduação lato sensu será considerada se atendidas as seguintes condições:

I - recebimento, em meio físico ou assinado eletronicamente, até a data limite estabelecida no Ofício-Convite dos seguintes documentos:

- a) ofício com os nomes e respectivos correios eletrônicos válidos e número de telefone para contato com os indicados pelas instituições convidadas;
- b) parecer institucional de cada indicado, elaborado e assinado pela autoridade responsável pela indicação daquele candidato, cujo modelo é disponibilizado na página eletrônica da ESG; e



c) termo de compromisso institucional, elaborado e assinado pela autoridade responsável pela indicação daquele candidato, cujo modelo é disponibilizado na página eletrônica da ESG;

II - atendimento, pelos candidatos, aos requisitos previstos no art. 24;

III - preenchimento, pelo candidato, do Formulário de Inscrição Online, disponibilizado no link que será enviado por correio eletrônico aos candidatos indicados;

IV - envio eletrônico de todos os comprovantes das informações declaradas no Formulário de Inscrição Online: certificados, diplomas e documentos; e

V - aceitação, pelas instituições convidadas, dos encargos de salários, diárias, ajuda de custo e demais despesas referentes aos seus candidatos, manifestada no Termo de Compromisso Institucional, cabendo à ESG as despesas com os deslocamentos aéreos e terrestres nas visitas e viagens de estudos.

Art. 26. O processo de inscrição do candidato ao PPGSID será definido por meio do edital específico a ser publicado pela ESG.

Art. 27. Os processos de inscrição e de seleção dos candidatos aos cursos de extensão serão definidos por meio de instruções específicas publicadas pela ESG.

Art. 28. O processo de inscrição dos candidatos ao CGLAD será realizado pela Marinha do Brasil.

## Seção II

### Critérios para destinação e ocupação de vagas

Art. 29. O número de vagas para civis e militares do Ministério da Defesa e das Forças Singulares, em cada um dos cursos, será proposto à CHEC-EMCFA pela ESG, consideradas as necessidades das Forças Armadas e da administração central do Ministério da Defesa, e as condições de apoio e estruturais da Escola, tanto físicas, quanto orçamentárias.

§ 1º As vagas oferecidas aos cursos poderão ser majoradas em até quinze por cento, a critério do Comandante da ESG, respeitando-se as normas para a seleção de candidatos estabelecidas nesta Diretriz.

§ 2º No caso de o número de candidatos selecionados ser inferior à metade da quantidade de vagas oferecidas, os cursos poderão ser cancelados, ficando essa decisão a critério da CHEC-EMCFA, mediante proposta do Comandante da ESG.

Art. 30. A destinação das vagas aos civis será feita levando-se em consideração os seguintes critérios:

I - a formação acadêmica, a profissão, o cargo atual e a experiência do candidato;

II - a instituição indicante;

III - a representatividade de instituições e de regiões do País; e

IV - o número total de vagas planejadas para o curso.

Art. 31. A destinação e a ocupação de vagas no PPGSID serão definidas no edital a ser publicado pela ESG, podendo concorrer militares do serviço ativo e da reserva das Forças Armadas do Brasil que, voluntariamente, se candidatarem ao Curso, com a anuência dos respectivos Comandos e em conformidade com critérios específicos estabelecidos pelas Forças Singulares, no caso de oficiais da ativa.

§ 1º Poderá ser estabelecido número de vagas para candidatos de países do entorno estratégico, da CPLP e de outras nações amigas.

§ 2º Todos os candidatos serão submetidos ao mesmo processo seletivo e aos mesmos critérios estabelecidos para os candidatos civis, por ocasião do concurso.

## Seção III

### Preenchimento de vagas

Art. 32. O preenchimento de vagas dar-se-á conforme os critérios estabelecidos a seguir:

I - CAEPE:

a) aos civis indicados por instituições convidadas e órgãos do Governo e selecionados pela ESG;



b) aos oficiais-generais do primeiro posto e oficiais superiores do último posto possuidores do Curso de Estado-Maior, indicados pelas respectivas Forças Singulares;

c) aos militares dos Estados e do Distrito Federal (oficiais superiores dos dois último postos) possuidores do Curso Superior de Polícia Militar ou Superior de Bombeiro Militar, indicados pelos Governos dos Estados da Federação e do Distrito Federal e selecionados pela ESG; e

d) aos civis e oficiais superiores do último posto possuidores do Curso de Estado-Maior, indicados por nações amigas convidadas;

II - CSD: será destinado aos civis e militares matriculados no CAEPE, CPEM, CPEAEx e CPEA;

III - CEMC:

a) aos oficiais superiores das Forças Armadas, possuidores de Curso de Estado-Maior, indicados pela administração central do Ministério da Defesa e pelas respectivas Forças Singulares; e

b) aos oficiais superiores possuidores do Curso de Estado-Maior, indicados por nações amigas convidadas;

IV - CGLAD: será destinado aos Oficiais-Alunos do Curso de Aperfeiçoamento Avançado do Corpo de Fuzileiros Navais - CApACFN;

V - CEPOG: será destinado aos oficiais gerais das Forças Armadas do primeiro posto, indicados pelas respectivas Forças;

VI - CSSDC:

a) aos oficiais superiores das Forças Armadas, preferencialmente, possuidores do Curso de Estado-Maior, indicados pela administração central do Ministério da Defesa e pelas respectivas Forças;

b) aos oficiais superiores dos Estados e do Distrito Federal possuidores do Curso Superior de Polícia Militar ou Superior de Bombeiro Militar, indicados pelos Governos dos Estados da Federação e do Distrito Federal e selecionados pela ESG;

c) aos civis indicados por instituições públicas e privadas convidadas e órgãos do Governo e selecionados pela ESG; e

d) aos civis e oficiais superiores, preferencialmente possuidores do Curso de Estado-Maior, indicados por nações amigas convidadas;

VII - CGERD e PGERD:

a) aos civis indicados por instituições convidadas e selecionados pela ESG;

b) aos oficiais, preferencialmente, superiores das Forças Armadas, indicados pela administração central do Ministério da Defesa e pelas respectivas Forças; e

c) aos militares estaduais (oficiais, preferencialmente, superiores), indicados pelo respectivo governo e selecionados pela ESG;

VIII - Curso de Mestrado em Segurança Internacional e Defesa: será destinado, exclusivamente, aos aprovados no processo de seleção, nas condições estabelecidas por meio do respectivo edital;

IX - CGED:

a) aos civis indicados por instituições convidadas e selecionados pela ESG;

b) aos oficiais superiores e civis das Forças Armadas, indicados pela administração central do Ministério da Defesa, pelas respectivas Forças e pelas Escolas de Altos Estudos;

c) aos civis e oficiais superiores, indicados por nações amigas convidadas; e

d) aos alunos e egressos de Programas de Pós-Graduação (mestrado e doutorado) de Instituições de Ensino Superior parceiras e selecionados pela ESG;

X - CPEAC:

a) aos civis indicados por instituições convidadas e selecionados pela ESG;

b) aos oficiais superiores e civis das Forças Armadas, indicados pela administração central do Ministério da Defesa, pelas respectivas Forças e pelas Escolas de Altos Estudos;



c) aos civis e oficiais superiores, indicados por nações amigas convidadas; e

d) aos alunos e egressos de Programas de Pós-Graduação (mestrado e doutorado) de Instituições de Ensino Superior parceiras e selecionados pela ESG;

XI - CAD-CPLP: será destinado, prioritariamente, aos militares e civis que atuam na área de defesa das nações da CPLP;

XII - PESID: será destinado aos candidatos graduados ou alunos de graduação em andamento de quaisquer áreas do conhecimento de Instituições de Ensino Superior parceiras da ESG; e

XIII - Programa de Extensão Cultural da ESG: será destinado aos candidatos de comunidades civis e militares da ESG e outras instituições, associações e organizações ligadas à Escola.

#### Seção IV

##### Crítérios para a seleção dos candidatos

Art. 33. A seleção dos candidatos civis e das Forças Auxiliares será realizada pela Assessoria de Seleção, Avaliação e Planejamento do Ensino - ASPLAvE da ESG e homologada pelo seu Comandante, levando-se em consideração os seguintes aspectos:

I - interesse do Ministério da Defesa e da ESG na participação do candidato no curso, em razão de sua potencial contribuição, experiência e notoriedade em determinada área do conhecimento ou do cargo que ocupe;

II - formação acadêmica;

III - produção acadêmica;

IV - experiência profissional;

V - representatividade dos cargos e funções públicas ou privadas; e

VI - equilíbrio entre profissões, setores, órgãos de origem e regiões do País, no universo dos candidatos indicados.

Art. 34. A seleção e a indicação de estagiários civis e militares oriundos da administração central do Ministério da Defesa e das Forças Armadas para todos os cursos da ESG serão conduzidas por esses órgãos, devendo a relação desses estagiários ser encaminhada à Escola até a data prevista no ofício de oferecimento de vagas.

Art. 35. Para os candidatos civis e militares das nações amigas, não haverá processo seletivo ordinário, devendo ser observados os seguintes procedimentos:

I - a ESG submeterá à CHEC-EMCFA as vagas disponibilizadas, assim como sugestões, caso haja, quanto aos países a serem convidados no âmbito da cooperação acadêmica, para encaminhamento à Chefia de Assuntos Estratégicos - CAE, a quem cabe conduzir o processo de divulgação e indicação de estrangeiros de acordo com os interesses estratégicos internacionais do Ministério da Defesa;

II - a CAE-EMCFA analisará as propostas da CHEC-EMCFA e fará convites aos países selecionados, encaminhando as informações necessárias;

III - a CAE-EMCFA encaminhará à CHEC-EMCFA os nomes dos candidatos selecionados dos países convidados; e

IV - a relação dos candidatos selecionados das nações amigas, para cada curso, será encaminhada pela CHEC- EMCFA à ESG, até a data prevista no ofício de oferecimento de vagas.

Art. 36. O resultado final do processo seletivo será disponibilizado na página eletrônica da ESG e o respectivo ato da CHEC-EMCFA publicado em Diário Oficial da União.

Art. 37. A ESG poderá realizar seleção complementar, quando necessário.

Art. 38. O processo seletivo para o PPGSID será estabelecido por meio do edital específico, a ser publicado pela ESG, sendo conduzido por uma Comissão de Seleção estabelecida por portaria do Comandante da ESG.

Art. 39. O processo seletivo referente ao CGLAD será realizado pela Marinha do Brasil.

#### Seção V



## Critérios para Matrícula dos Candidatos Selecionados

Art. 40. A matrícula dos candidatos selecionados nos cursos será efetuada pela ESG, por meio de Portaria do Comandante e respectiva publicação em Boletim Interno, após suas apresentações na Escola.

Art. 41. O Comandante da ESG poderá cancelar a matrícula no curso em decorrência de:

- I - solicitação da instituição de origem;
- II - motivo de saúde própria do estagiário ou de familiar;
- III - apresentação de pedido, mediante requerimento dirigido ao Comandante;
- IV - demonstração de desempenho insuficiente ou de desinteresse pelo curso;
- V - conduta ética incompatível; e
- VI - se militar, por cometimento de transgressão disciplinar grave.

§ 1º Para efeito do disposto no inciso IV do caput, considera-se desempenho insuficiente ou desinteresse pelo curso:

- I - falta às atividades programadas em número superior ao estabelecido;
- II - aproveitamento insatisfatório;
- III - descumprimento das prescrições escolares;
- IV - inadaptação à ESG; e
- V - falta de cooperação nos trabalhos de grupo.

§ 2º O cancelamento da matrícula ou o desligamento do curso nas situações previstas nos incisos IV, V e VI do caput deverá ser precedido de procedimento que observe os princípios do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa.

§ 3º Na hipótese do § 2º, o aluno que tiver a matrícula cancelada ou for desligado do curso nas situações previstas nos incisos IV, V e VI do caput não poderá vir a ser matriculado em nenhum outro curso da ESG, pelos próximos cinco anos.



§ 4º No caso específico do PPGSID, o aluno terá direito ao trancamento de sua matrícula por um período máximo de um semestre letivo e, no semestre seguinte ao trancamento, ele deverá matricular-se e inscrever-se pelo menos em uma disciplina, sem o que terá a sua matrícula automaticamente cancelada.

§ 5º O aluno do PPGSID que tiver sua matrícula cancelada na situação prevista no inciso III do caput, para a readmissão no curso, deverá se submeter a um novo processo seletivo, obedecendo aos critérios estabelecidos no respectivo edital de seleção.

## CAPÍTULO VIII

### DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 42. Os recursos orçamentários necessários à implementação e à execução das atividades de estudo, pesquisa e ensino constam da proposta orçamentária da ESG.

Art. 43. A CHEC-EMCFA e os diversos órgãos da administração central do Ministério da Defesa poderão sugerir à ESG a produção de conhecimentos sobre assuntos do seu interesse.

Parágrafo único. As demandas de que trata o caput serão detalhadas em instrumento específico a ser definido no ano anterior, com a consequente previsão orçamentária.

Art. 44. O fluxo de documentos de responsabilidade da ESG, da CHEC-EMCFA e da administração central do Ministério da Defesa, previsto no item 7 do Anexo, conforme Instrução Normativa AED/VCHED/CHEC-MD nº 1, de 8 de maio de 2024, deverá ser observado no encaminhamento das informações relativas às atividades de estudo.

Parágrafo único. As datas do cronograma de atividades dos cursos da ESG para o ano de 2025 previstas no Anexo poderão ser alteradas pela Escola, caso necessário, após aprovação da CHEC-EMCFA, sem prejuízo das medidas de planejamento adotadas a partir de 15 de setembro de 2024.



Art. 45. A ESG deverá incrementar a cooperação com instituições congêneres, universidades e think tanks, nacionais e de outros países, e a participação de conferencistas internacionais nos cursos e simpósios por ela promovidos, com o intuito de produzir conhecimento em sua área de atuação, especialmente os relacionados à Segurança Internacional e à Defesa Nacional.

Art. 46. A ESG desenvolverá atividades e programas de extensão com o objetivo de difusão dos conhecimentos sobre a área de Defesa, permitindo maior integração entre a escola e as comunidades nas quais estão inseridas.

Art. 47. Caberá ao Comandante da ESG definir em ato próprio as datas de início e término dos cursos, cronograma de eventos, inclusão e cancelamento de cursos e de viagens de estudo, após aprovação do CHEC-EMCFA.

Art. 48. A ESG deverá submeter à CHEC-EMCFA, até o mês de abril de 2025, o planejamento de um curso de extensão voltado para os países da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS), a ser ministrado no idioma inglês, na modalidade EAD, no segundo semestre do ano de 2025.

Art. 49. Os casos não previstos nesta Portaria, bem como as excepcionalidades e as dúvidas surgidas na sua aplicação, serão dirimidas pelo Comandante da ESG, com a anuência do CHEC-EMCFA.

Art. 50. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GEN EX FRANCISCO HUMBERTO MONTENEGRO JUNIOR

ANEXOCRONOGRAMA DE ATIVIDADES DOS CURSOS PARA 2025 E FLUXO DE DOCUMENTOS  
CURSO DE ALTOS ESTUDOS DE POLÍTICA E ESTRATÉGIA (CAEPE)

| ATIVIDADES  | RESPONSABILIDADE            | DATA-LIMITE |
|---|-----------------------------|-------------|
| Recebimento das indicações dos candidatos (civis e militares estaduais).                    | Seção de Seleção da ASPIAvE | 27SET2024   |
| Recebimento dos nomes dos militares das FFAA.   | Assistências Militares      | 29NOV2024   |
| Divulgação, na página eletrônica da ESG, da relação final dos candidatos aptos à matrícula. | Seção de Seleção da ASPIAvE | 13DEZ2024   |



CURSO DE ESTADO-MAIOR CONJUNTO (CEMC)

| ATIVIDADES  | RESPONSABILIDADE            | DATA-LIMITE |
|---|-----------------------------|-------------|
| Recebimento dos nomes dos militares das FFAA.   | Assistências Militares      | 24JAN2025   |
| Divulgação, na página eletrônica da ESG, da relação final dos candidatos aptos à matrícula. | Seção de Seleção da ASPIAvE | 10FEV2025   |

CURSO SUPERIOR DE SEGURANÇA E DEFESA CIBERNÉTICA (CSSDC)

| ATIVIDADES  | RESPONSABILIDADE            | DATA-LIMITE |
|---|-----------------------------|-------------|
| Recebimento das indicações dos candidatos (civis e militares estaduais).                    | Seção de Seleção da ASPIAvE | 04ABR2025   |
| Recebimento dos nomes dos militares das FFAA.   | Assistências Militares      | 06JUN2025   |
| Divulgação, na página eletrônica da ESG, da relação final dos candidatos aptos à matrícula. | Seção de Seleção da ASPIAvE | 23JUN2025   |

CURSO DE GESTÃO DE RECURSOS DE DEFESA (CGERD-RJ)

| ATIVIDADES  | RESPONSABILIDADE            | DATA-LIMITE |
|---|-----------------------------|-------------|
| Recebimento das indicações dos candidatos (civis e militares estaduais).                    | Seção de Seleção da ASPIAvE | 17FEV2025   |
| Recebimento dos nomes dos militares das FFAA.   | Assistências Militares      | 28FEV2025   |
| Divulgação, na página eletrônica da ESG, da relação final dos candidatos aptos à matrícula. | Seção de Seleção da ASPIAvE | 18ABR2025   |

CURSO DE GESTÃO DE RECURSOS DE DEFESA (CGERD-SP)

| ATIVIDADES  | RESPONSABILIDADE            | DATA-LIMITE |
|---|-----------------------------|-------------|
| Recebimento das indicações dos candidatos (civis e militares estaduais).                    | Seção de Seleção da ASPLAvE | 30MAI2025   |
| Recebimento dos nomes dos militares das FFAA.   | Assistências Militares      | 27JUN2025   |
| Divulgação, na página eletrônica da ESG, da relação final dos candidatos aptos à matrícula. | Seção de Seleção da ASPLAvE | 11JUL2025   |

CURSO AVANÇADO DE DEFESA PARA COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA (CAD-CPLP)

| ATIVIDADES  | RESPONSABILIDADE            | DATA-LIMITE |
|---|-----------------------------|-------------|
| Recebimento das indicações dos candidatos (civis e militares estaduais).                    | Seção de Seleção da ASPLAvE | 06JUN2025   |
| Recebimento dos nomes dos militares das FFAA.   | Assistências Militares      | 18JUL2025   |
| Divulgação, na página eletrônica da ESG, da relação final dos candidatos aptos à matrícula. | Seção de Seleção da ASPLAvE | 05AGO2025   |

FLUXO DE DOCUMENTOS DE RESPONSABILIDADE DA ESG E DA AC/MD

| DOCUMENTOS                               | RESPONSÁVEIS | PRAZOS    |
|--|--------------|-----------|
| Sugestões para os cursos/2026            | CHEC e MD    | 18ABR2025 |
| Proposta de Diretriz para 2026           | ESG          | 31JUL2025 |
| Pedidos de Cooperação de Ensino/2026     | ESG          | 31OUT2025 |
| Calendários e Currículos dos Cursos/2026 | ESG          | 20NOV2025 |

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.

